

F. Gaspar
ul



LEZÍRIA DO TEJO

comunidade
intermunicipal

Assembleia Intermunicipal

Mandato 2021-2025

Sessão n.º 04

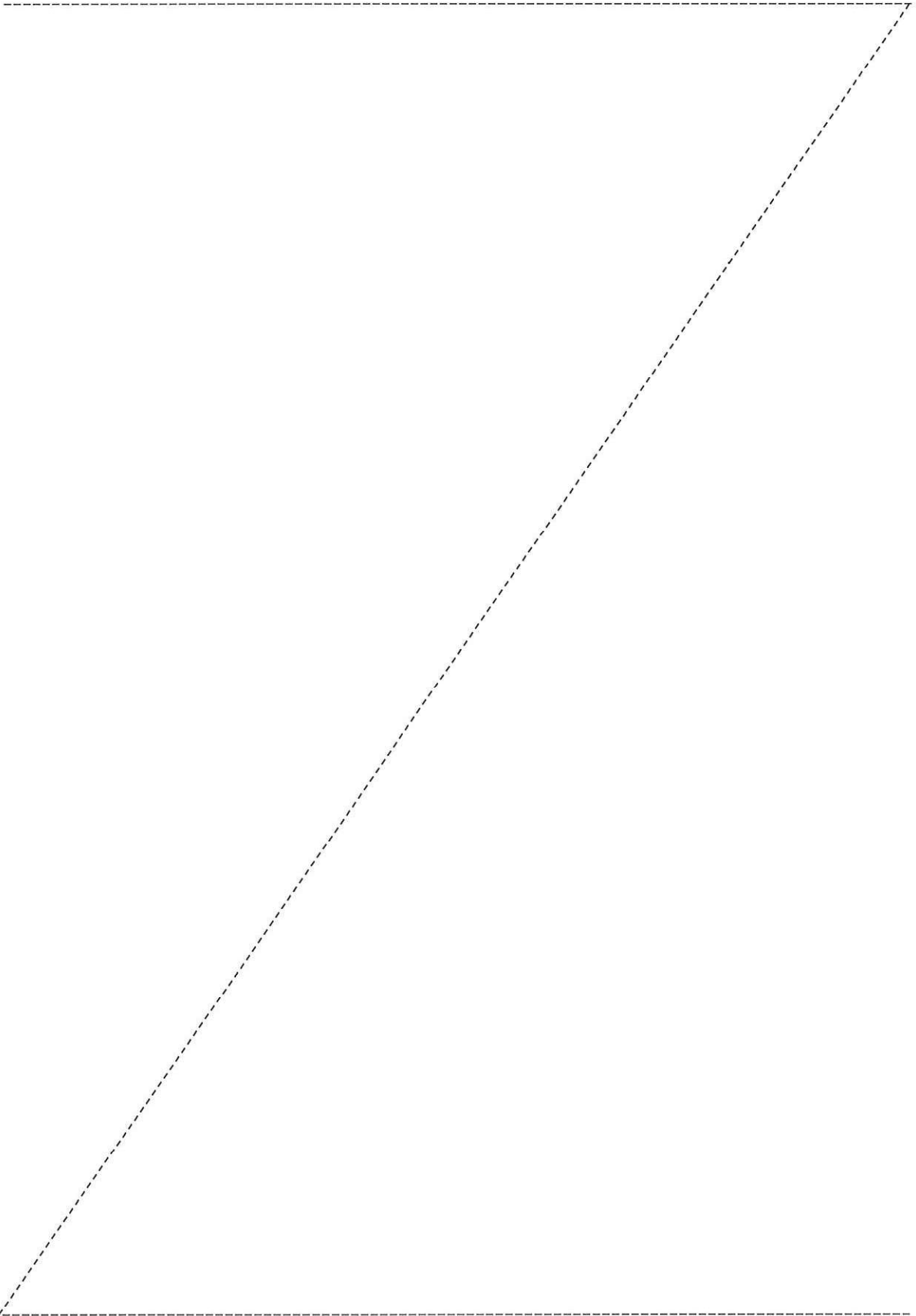
15 de dezembro de 2022

Sessão Ordinária

Início da sessão
21h10 horas

Términus da sessão
23h30 horas

Presidente da Mesa: Francisco Caneira Madelino
Vice-Presidente da Mesa: Francisco Artur Gomes Gaspar
Secretário da Mesa: Maria Regina Sardinheiro do Céu
Furtado Ferreira



Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2022

ATA N.º 04

--- Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Cine-Teatro de Almerim, nos termos do estabelecido no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e quinze minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: Gustavo Gaudêncio da Costa, Helena Maria Martinho Lopes Cláudio, Sónia Isabel Campos da Silva Colaço, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, João Pedro Antunes Osório, Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos, Nelson Caetano Rodrigues, Armando Jorge Adrião Calixto, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, António José Rabaça Silva Ribeiro, Mário Rui Filipe Santos, Sérgio Pedro Mendes Mesquita Lopes, José Augusto Santos de Jesus, Maria De La Salette Da Conceição Marques Cêra, Augusto Gonçalves Parreira, Carla Cristina Martins de Magalhães Marques (em substituição de Rui Miguel Oliveira da Cruz), Berta Alexandra Teixeira Lopes dos Santos, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Francisco Artur Gomes Gaspar, Maria da Conceição Afonso Contente, Diamantino José Vinagre (em substituição de Daniel Teodoro Catarino Romão), Tiago Filipe Francisco Santos, Filipe Montez Coelho Madeira, Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, Carlos Jorge Coelho Neto, Francisco Caneira Madelino, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Alfredo José Carvalho Henriques da Silva, António Pina Ferreira Campos Braz (em substituição de Dina Maria Gomes Rocha), Carla Patrícia Lopes Neto, Luís Manuel da Graça Batista e Jorge Manuel Fernandes Rodrigues (em substituição de Filipe Frade Brígida). -----

--- Faltaram à sessão Eurico Manuel Lopes Henriques, António José da Fonseca Nobre, Mário Jorge Campos Pereira (apresentou justificação de ausência), Pedro Miguel Martins Braz (apresentou justificação de ausência), Luís Alberto Ferreira e Nuno Miguel Ferreira Monteiro. -----

--- A lista de presenças dos senhores Deputados constam dos documentos anexos à presente ata.-----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos: -----

--- Ordem do Dia:-----

--- 1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal;-----

Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2022

--- 2. Apreciação de análise sumária e demonstrações orçamentais e financeiras da CIMLT reportadas ao final do 1.º semestre de 2022 e do parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas;-----

--- 3. Apreciação e votação de orçamento para 2023 e grandes opções do plano 2023-2028;-----

--- 4. Apreciação e votação de proposta de autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da apresentação da proposta de orçamento para 2023 e grandes opções do plano 2023-2028;-----

--- 5. Apreciação e votação de mapa de pessoal para 2023.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, solicitando que a senhora Deputada Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira substituísse, na função de Secretária da Mesa da Assembleia, a senhora Deputada Dina Maria Gomes Rocha, ausente da presente sessão. O senhor Presidente informou ainda que deveria tomar posse Maria da Conceição Afonso Contente, eleita pelo Movimento "2021 É O ANO", uma vez que tinha renunciado ao mandato Rui Manuel Narciso Maltez (eleito pelo Movimento "2021 É O ANO"). -----

--- Procedeu-se à tomada de posse da senhora Deputada.-----

--- Passou-se de seguida à **apreciação e votação da ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 21 de abril de 2022.**-----

--- Submetida à votação a ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 21 de abril de 2022, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE** pelos senhores Deputados presentes na referida sessão.-----

--- Passou-se de seguida à **apreciação e votação da ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 20 de outubro de 2022.**-----

--- Submetida à votação a ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 20 de outubro de 2022, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE** pelos senhores Deputados presentes na referida sessão.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, referindo que pretendia apresentar a Moção "Deslocalização das Sessões da Assembleia da CIMLT", mas não tinha, no entanto, conseguido entregar nos serviços em tempo útil de ser cedida aos restantes senhores Deputados. Passou a ler a referida Moção: "Em razão, nomeadamente, da situação de pandemia motivada pela COVID-19, as sessões da nossa assembleia foram sendo deslocalizadas da sede da CIMLT para o

al. F. Gaspar

Cineteatro de Almeirim, onde até esta data se realizam, exclusivamente. Nesta fase, felizmente menos onerosa, em que as restrições impostas pela pandemia já foram suprimidas, sem prejuízo das cautelas que todos, individualmente, nos habituamos a ter que respeitar, entendemos que deixa de fazer sentido mantermos as nossas sessões, exclusivamente, no Cine Teatro de Almeirim. Apesar das excelentes condições que aqui encontramos, certamente que outras localizações na área geográfica da nossa comunidade nos podem proporcionar idênticas condições. Razão pela qual, apresentamos a presente moção, que só a questão da pandemia adiou! De acordo com o Regime jurídico das autarquias locais, em particular quanto às suas atribuições, que são acompanhadas e fiscalizadas pela assembleia: Artigo 81.º – Atribuições das comunidades intermunicipais: 1 – As comunidades intermunicipais destinam-se à prossecução dos seguintes fins públicos: a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN; d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal. 2 – Cabe às comunidades intermunicipais assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central, nas seguintes áreas: a) Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos; b) Rede de equipamentos de saúde; c) Rede educativa e de formação profissional; d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais; e) Segurança e proteção civil; f) Mobilidade e transportes; g) Redes de equipamentos públicos; h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural; i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer. 3 – Cabe às comunidades intermunicipais exercer as atribuições transferidas pela administração estadual e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram, nos termos da presente lei. 4 – Cabe às comunidades intermunicipais designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas e entidades empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal. Podemos perceber que as mesmas se reportam a temas absolutamente determinantes para todos, ou para um concelho em particular. É uma verdade óbvia, mas que chamamos à colação para justificar a presença da assembleia, as sessões da assembleia e a discussão inerente, quando realizadas fora da sede CIMLT, em qualquer um dos seus onze concelhos. Até porque, não podemos esquecer que as sessões são públicas, como nos diz o nosso Regimento: Artigo 32.º – Sessões – 1. As sessões da Assembleia Intermunicipal são públicas, (...) o que quer dizer que é admitida a participação do público. Inclusive, em matéria de participação dos nossos concidadãos, existe a possibilidade destes requerem a realização de assembleias extraordinárias, bem como existe a possibilidade de se convocarem cidadãos para serem ouvidos sobre matérias relevantes para os Municípios: Artigo 31.º – Sessões

extraordinárias - 1. O Presidente convoca extraordinariamente a Assembleia Intermunicipal, por sua própria iniciativa, quando a Mesa assim o deliberar, ou, ainda, a requerimento: a) (...); b) (...); c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral dos Municípios integrantes, equivalente a 5% do número de cidadãos eleitores até ao limite máximo de 2.500. 2. Nas sessões convocadas nos termos da alínea c), do número anterior do presente Regimento, têm o direito a participar, sem voto, dois representantes dos requerentes. 3. Os representantes mencionados no número anterior, podem formular sugestões ou propostas, as quais só são votadas pela Assembleia Intermunicipal se esta assim o deliberar. 4. Para além das situações previstas no número dois, podem ainda participar nas sessões, sem direito a voto, cidadãos especificamente convocados para o efeito, para serem ouvidos sobre matérias relevantes para os Municípios, aquando da apresentação de relatórios, elaborados por comissões ou grupos de trabalho constituídos em sede da Assembleia Intermunicipal. 5. (...). 7. O requerimento a que se refere a alínea c) do n.º 1 do presente artigo é acompanhado de certidão comprovativa da qualidade de cidadão recenseado na área da respetiva autarquia. 8. Nas sessões extraordinárias a assembleia só pode deliberar sobre as matérias para que tenha sido expressamente convocada (...) bem como, não esqueçamos, existe sempre um período, nas assembleias ordinárias extraordinárias, para a intervenção do público, intervenção essa que pretendemos fomentar. Artigo 38.º - Período das sessões: 1. (...); 2. (...); 3. Findo cada sessão ordinária ou extraordinária haverá um período de 30 minutos destinado à intervenção do público. Artigo 42.º - Período de intervenção do público: 1. O período de intervenção do público não poderá ser superior a 30 minutos e destina-se à apresentação de assuntos de âmbito da CIMLT ou pedidos de esclarecimento dirigidos à Mesa. 2. A intervenção do público efetua-se após a Ordem do Dia, exceto na segunda reunião de cada sessão ordinária em que substitui, no início dos trabalhos, o período Antes da Ordem do Dia. 3. Os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar. 4. O período de intervenção aberto ao público, referido no nº 1 deste artigo, será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder cinco minutos por cidadão, a utilizar uma única vez. 5. Terminado o período de intervenção do público, a Mesa, o Conselho Intermunicipal ou qualquer membro da Assembleia poderão prestar os esclarecimentos necessários, sendo que na eventualidade de a Mesa não se encontrar habilitada a responder, no decurso dos trabalhos, obriga-se esta a prestar informação à Assembleia Intermunicipal e a remeter ofício aos requerentes no prazo de vinte dias. 6. Os grupos, eventualmente visados nas intervenções do público, poderão também prestar esclarecimentos através de um seu Representante. Por todo o exposto, e nos termos da al. b) do artigo 14º do Regimento da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, bem assim como al. e) do artigo 84º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, os eleitos do PSD na Assembleia Intermunicipal

da CIMLT apresentam a presente moção, para ser votada, com vista à realização alternada das suas sessões, deslocalizadas para cada um dos municípios pertencentes à comunidade, em articulação com a Mesa da Assembleia e o Presidente da Câmara Municipal onde a mesma se pretenda realizar. Com esta proposta, mormente com a sua aprovação, estamos certos, não deixaremos de estar a contribuir para dignificar a nossa atividade política, e mais que isso, promoveremos a participação dos nossos concidadãos, designadamente em temas que muito os impactam, e onde a sua participação/contribuição, poderá aportar uma melhoria na execução dos mais diversos programas da CIMLT".-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, referindo que havia duas hipóteses relativamente à moção apresentada. Ou seria votada na presente sessão, ou a votada seria adiada, uma vez que não tinha dado entrada em tempo útil nos serviços.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, mencionando que os eleitos do PS não poderiam concordar com a admissibilidade da moção, não pela substância da própria moção, mas pela prática. Isto porque, se eventualmente em relação à matéria mencionada na presente moção poderiam estar todos os senhores Deputados de acordo, numa próxima assembleia poderia ser sobre um assunto que dividia os senhores Deputados. Assim, no que dizia respeito à prática, concordar com a votação da presente moção seria uma má prática. Assim, o senhor Deputado informou que se fosse votada a admissibilidade de votação da presente moção, o PS iria votar contra.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, propondo que a votação da presente moção ficasse agendada para a próxima sessão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, pretendendo perceber onde é que o PS sustentava a possibilidade da presente moção não ser admitida. Na opinião do senhor Deputado, os senhores eleitos na Assembleia poderiam apresentar as propostas que entendessem. Nem precisavam ser escritas. Lembrou também que tinham uma prática, e bem, de dar entrada das moções nos serviços em tempo útil, para ser partilhada e divulgada antecipadamente. Não tendo sido, não lhe parecia de qualquer forma que não pudesse ser discutida a sua admissibilidade, à luz do Regimento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, explicando que a questão não tinha só a ver com o Regimento. Lembrou que as propostas deliberativas obedeciam ao Código do Procedimento Administrativo, que correspondiam a 10 dias úteis. E os documentos tinham de ser disponibilizados. A agenda poderia ser votada no início,

Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2022

podendo ser admitida uma proposta. Se a Assembleia o fizesse, tudo bem. Mas era este o enquadramento legal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, entendendo que deveria haver um lapso. O senhor Deputado referiu que o PSD não interpretava que esta fosse uma proposta de deliberação / ponto da Ordem do Dia. Esta era meramente uma proposta do grupo do PSD na Assembleia Intermunicipal da CIMLT, que se pedia para ser votada, no sentido de saber se os seus membros aceitavam ou não que as sessões das Assembleias pudessem ser realizadas não só em Almeirim, ou na sede da CIMLT, mas eventualmente noutros municípios. Assim, não interpretavam esta proposta como um ponto da Ordem do Dia. Era apenas uma proposta, no Período Antes da Ordem do Dia, para se por à consideração e votação dos membros da Assembleia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, informando que subscreviam a posição emitida pelo senhor Deputado do PS, considerando que de fato a questão não tinha a ver com o conteúdo, mas com a prática. Lembrou ainda que o artigo 39º do Regimento dizia que as moções teriam de entrar até às 15 horas do dia anterior. Frisou que o documento em si não tinha nada de mal, mas sim o princípio. E o princípio teria de ser cumprir o Regimento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, referindo que uma moção nestas condições, nos Períodos Antes da Ordem do Dia, não era uma deliberação, mas um conselho. Prosseguiu dizendo que considerava o assunto importante e que se calhar estavam todos de acordo. Assim, o Presidente da Assembleia disse ter ouvido a opinião do senhor Deputado, considerava a opinião pertinente, nas bancadas também parecia haver a pertinência de considerar. Para que não houvesse entropia, o senhor Presidente propôs que na próxima sessão se regularizasse a questão apresentada na moção, colocando-se o ponto Antes da Ordem do Dia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Ricardo Alexandre Frade de Oliveira (PSD)**, explicando que tinha sido a importância do tema que tinha levado a bancada do PSD a redigir o documento. Tinha havido de facto a falha formal da apresentação, mas por boa vontade de todos podia ser ultrapassada, tal como já tinham sido ultrapassadas outras questões regimentais, como um agendamento de uma assembleia, antes de uma tomada de posse. Terminou dizendo que o que o PSD queria evidenciar era a importância de descentralizar as sessões e de as aproximar dos municípios dos 11 concelhos da Comunidade Intermunicipal. Estavam, assim, abertos a votar formalmente o documento numa próxima sessão. Pediu que as bancadas emitissem formalmente a sua opinião, para que tal ficasse claro.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, lembrando que as bancadas que se tinham pronunciado tinham referido que a

Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2022

questão não era o tema, mas sim o processo em si.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Pedro de Sousa Barreiro (PS)**, frisando que ninguém tinha mostrado discordância relativamente ao tema. O que estava em causa, tal como referido pelos colegas do PS e da CDU, era cumprir o Regimento. Assim, a solução apresentada pelo senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal era completamente correta, sendo até talvez dispensável nova leitura da moção na próxima reunião, uma vez que tal já tinha sido feito na presente sessão. Todavia, para conforto dos dois colegas do PSD que tinham usado da palavra, o senhor Deputado referiu que da parte do PS, e até da CDU, não havia nenhuma discordância e as próximas sessões nem tinham de ser na sede de concelho. Poderiam acontecer na área geográfica da Comunidade Intermunicipal. O senhor Deputado mostrou abertura total para que o tema pudesse ser votado numa próxima Assembleia. Nessa altura, cada Deputado manifestar-se-ia sobre a posição de voto que teria relativamente à moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, terminando esta questão e solicitando que a proposta fosse atempadamente enviada por email para os serviços.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, deixando duas notas finais. Referiu que a bancada do PSD estava aberta a que esta proposta deixasse de ser apenas do PSD e passasse a ser uma proposta da Assembleia. Realçou também que o senhor Presidente, obviamente, tinha total legitimidade para marcar a Assembleia onde entendesse, dentro da área geográfica da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, referindo que de futuro seria necessário encontrar uma metodologia, para decidir o local da sessão da Assembleia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Pedro de Sousa Barreiro (PS)**, abordando o tema da ex-Estação Zootécnica Nacional. Questionou se já tinha havido mais alguma evolução sobre este tema. Lembrou que na última Assembleia em que o tema tinha sido abordado tinham sido informados que se tinham perdido os meios necessários para o investimento que estava previsto no desenvolvimento do AgroCluster na ex-Estação Zootécnica Nacional. Um montante significativo para a Comunidade e para o concelho onde se situa a infraestrutura. Referiu que era muito importante saber que este assunto não estava esquecido e saber se era possível recuperar os meios financeiros que aparentemente tinham sido perdidos.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (CDU)**, apresentando duas preocupações da CDU, sobre duas propostas que não tinham sido aprovadas na Assembleia da República, durante a discussão do Orçamento de Estado para 2023, e que, de acordo com a CDU,

Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2022

teriam consequências na vida diária das populações do Distrito. Referiu em concreto o IC3 e a necessidade que o mesmo revelava para o Distrito, nomeadamente com a nova travessia da Chamusca. Destacou também a requalificação da Estrada Nacional 118. Estes eram investimentos que a CDU considerava estruturantes e que lamentava que não pudessem ter seguido avante na Assembleia da República. Assim, quis deixar o lamento e a preocupação sobre estes dois assuntos.----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Tiago Filipe Francisco Santos (PSD)**, questionando o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT qual era o ponto de situação da criação da nova NUT II, que envolve as NUT III da Lezíria, Médio Tejo e Oeste. Referiu saber que a recomendação que tinha chegado ao Governo, mas o que era certo era que a Proposta de Lei que vinha do Governo para o Parlamento só previa a criação da Península de Setúbal. Tendo em consideração que a proposta de criação da Península de Setúbal já ia do Governo para o Parlamento e a NUT II da Lezíria, Médio Tejo e Oeste não, o senhor Deputado solicitou o ponto de situação sobre esta matéria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, colocando uma questão sobre a localização do Aeroporto. Lembrou que o Governo tinha criado uma comissão para analisar as alternativas. Havendo duas alternativas no território da Lezíria do Tejo e tendo já havido um debate público organizado por um órgão de comunicação social, para analisar as alternativas, vantagens e inconvenientes, o senhor Deputado questionou se a Comunidade não considerava útil organizar uma sessão para consciencializar os agentes regionais das vantagens, benefícios, da alternativa que seria a região poder ter essa infraestrutura na Comunidade. De acordo com o senhor Deputado, se não se tomasse posição, outros iriam tomar. Assim, disse considerar ser útil a Comunidade tomar a liderança, tomar uma posição de discussão e de debate, que pudesse evidenciar as vantagens e os benefícios para o País, e para a região também, da localização vir a cair no território Lezíria do Tejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, começando por abordar a questão da Estação Zootécnica Nacional. Explicou que a CIMLT continuava em conversações com o Ministério da Agricultura e também com o Programa Operacional, tendo ficado garantido que no próximo Programa já haveria apoios para o Centro de Investigação. De momento, o que estava em cima da mesa eram as garantias que a CIMLT queria ter, no sentido de aquele ser um Centro de Investigação que pudesse funcionar. Ou seja, a CIMLT não tinha intenção de se cingir só às obras, mas queria de qualquer forma garantir que essas obras tinham depois como resultado a capacitação da estrutura, para ter na região a capacidade para investigar, no sentido de depois transmitir às empresas o conhecimento adquirido. Portanto, o financiamento para o próximo Quadro estava garantido e a CIMLT estava de momento a criar as condições para que as obras e a investigação pudessem ter esse resultado. Em relação ao IC3 e requalificação da Estrada Nacional 118,

Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2022

explicou que a CIMLT tinha posição sobre estas matérias há muito, bem como com o IC10 e com questões da ferrovia. Sobre a questão da NUT II, referiu que não tinha havido nenhuma aprovação da NUT II da Península de Setúbal. O que havia era uma reorganização de espaços. Teve que se equilibrar aquilo que era o Médio Tejo, uma vez que tinha dois concelhos que não faziam parte da CCDR LVT. Setúbal fazia parte da Área Metropolitana de Lisboa e já tinha de sair de uma outra forma. Portanto, em Bruxelas estava tudo a andar para a criação da NUT II da Lezíria, Médio Tejo e Oeste. Bruxelas tinha feito perguntas e o País tinha respondido. Disse, por isso, esperar que no final tudo se resolvesse. Em relação ao Aeroporto, o senhor Presidente mencionou que a CIMLT tinha tomado logo posição aquando da discussão pública do PRR. Na altura, o que estava em cima da mesa era o Aeroporto de Alcochete, que na prática ficará em Benavente. Posteriormente ficou colocada em cima da mesa a hipótese de Santarém. Explicou que a CIMLT tinha reunido então com as pessoas que quiseram apresentar o projeto. Em suma, a posição da CIMLT era que queria o Aeroporto no território da Lezíria. Explicou que os senhores Presidentes de Câmara de Benavente e de Santarém estavam na comissão de acompanhamento, cada Presidente de Câmara pertencente à CIMLT teria com certeza a sua posição própria, mas a CIMLT queria continuar a falar apenas a uma voz. Como tal, a CIMLT entendia que no seu território existiam as condições ideais para a instalação do Aeroporto. Assim, tudo aquilo que fosse para lá disto, na opinião do senhor Presidente correria o risco de perder unanimidades. E era opinião unânime que ganhariam todos enquanto região, se o Aeroporto viesse para o território.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

--- Passou-se de seguida para o **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, alertando que, sendo um documento extenso, não ter índice dificultava a leitura do mesmo. Solicitou que, de futuro, documentos com esta extensão pudessem ter um índice. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção, voltando à questão da Estação Zootécnica Nacional e lembrando que o senhor Presidente já tinha referido que tinha garantido apoios para a mesma. Questionou qual tinha sido o apoio conquistado e até quando se previa a execução dessa intervenção. O senhor Deputado mencionou também os transportes e o ensino superior. Questionou a gratuidade dos transportes para os estudantes do ensino superior presente na região, ou seja, até que ponto era possível estes estudantes terem também este benefício, tanto mais que 1 em cada 5 estudantes viviam em fragilidade social. O senhor Deputado falou ainda da questão da exploração do serviço público de transportes de passageiros para a Lezíria do Tejo, tendo solicitado um ponto de situação deste serviço. O senhor Deputado abordou ainda a candidatura ao PiiCiE LT, sendo que a fase 1 parecia ter terminado e havia

Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2022

uma candidatura para a fase 2. Questionou se existiam alguns dados que permitissem avaliar o sucesso e os resultados deste Programa. Referiu ter conhecimento de que o insucesso escolar tinha baixado a nível nacional, o que era algo positivo. De momento, 5,9% dos estudantes é que não completavam o 12º ano. Assim, quis saber se o território da Lezíria estava acima dos 5,9% e o que a execução da fase 1 permitia indiciar em termos de desempenho deste combate ao insucesso escolar.-

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que, no que dizia respeito ao PiiCiE LT, a articulação e a resposta era positiva, ainda para mais numa altura em que todos tinham passado por momentos difíceis, nomeadamente ao nível psicológico. Disse não ter conhecimento se haveria dados mais científicos, mas a reação existente por parte dos agrupamentos de escolas e das associações de pais era altamente positiva. Adiantou ainda ter testemunhos sobretudo emotivos de quem, depois de participar nas atividades, considerou ter mudado a vida para uma atitude mais positiva. Em relação à Estação Zootécnica Nacional, o senhor Presidente referiu que o investimento era sensivelmente o que já tinham para o Centro de Investigação e que constaria no próximo PT2030. Existia um conjunto de trabalhos de casa que entretanto tinham ficado feitos, nomeadamente o que era preciso fazer no que dizia respeito às obras e na área da investigação. Havendo acordo com o Ministério da Agricultura, a CIMLT estava em condições de andar para a frente, assim que abrissem os Avisos. Em relação aos Transportes, o senhor Presidente referiu que tinham estado naquele dia no Ministério das Infraestruturas, sendo as questões do PART importantes. Deu ainda nota de que, independentemente de tudo o resto, já existam apoios em 50% no passe rodoviário e em 30% no da CP, estando esses garantidos. Sobre o transporte público, referiu que a CIMLT estava num processo de estudar e implementar a criação de uma empresa intermunicipal na área dos transportes, uma Carris da Lezíria do Tejo, e estavam convencidos, pelos estudos que tinham, que esta seria a melhor solução para o transporte rodoviário na NUT III da Lezíria do Tejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Ricardo Alexandre Frade de Oliveira (PSD)**, referindo que relativamente à criação da empresa intermunicipal de transportes, a ideia que tinham era que o estudo estava concluído e que era mesmo para avançar. Que a decisão já estava tomada e que os municípios já estavam a inscrever nos seus orçamentos municipais verbas para esse efeito. Assim, questionou o que poderiam esperar deste processo, para 2023, em termos de timings. Quis saber se já existia calendarização e o que as pessoas poderiam esperar da entrada em funcionamento desta empresa intermunicipal que, na opinião do senhor Deputado, fazia falta e iria dar resposta a muitas das necessidades das populações.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César**

Ribeiro (PS), salientando que este processo ainda precisava de todas as aprovações formais, o que levava o seu tempo. Adiantou que o que gostaria mesmo era de estar ali dentro de um ano com tudo preparado. Disse estarem a trabalhar para isso, mas não era um processo fácil, uma vez estavam a falar da constituição de algo novo, com um conjunto de procedimentos legais e operacionais. Concluiu dizendo que não era fácil, mas estavam a trabalhar para que pudesse acontecer.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, mencionando que a taxa de execução era muito baixa. Disse que a CDU compreendia e tinha a noção de que o PART era o principal responsável da execução ser baixa. Mas seria importante que o Conselho Intermunicipal distribuisse a todas as bancadas os estudos do que estava feito, para que as mesmas pudessem acompanhá-los.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que os estudos iam todos para as assembleias. Mas explicou que tinham estado primeiro num processo de perceber as várias situações em cima da mesa, porque ninguém avançava com algo deste género de ânimo leve. Portanto, percebeu-se primeiro quais seriam os vários modelos. De seguida seria preciso ter um conjunto de decisões, que seriam suportadas no estudo. Mas ninguém iria decidir nada, sem esses estudos. O que se tinha avançado tinha sido apenas perceber como se constituiria a empresa, o que cada município teria de colocar para o capital social, etc. Esses passos tinham sido dados por todos os Presidentes de Câmara, estando todos de acordo. O senhor Presidente disse ainda estar certo de que na Assembleia Intermunicipal da CIMLT isso também seria algo que seria de acordo. Mas obviamente teriam acesso a todos os documentos necessários.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, começando por dizer que, relativamente à criação da empresa intermunicipal na área dos transportes, a CIMLT tudo faria por tentar alcançar o objetivo referido do prazo de um ano, mas seria muito difícil. Explicou que a CIMLT tinha feito um estudo e tinha chegado à conclusão que o operador interno era a situação que favorecia os municípios. Explicou que esse estudo previa quase 8 milhões de empréstimo e 2 milhões de capital. De momento, a CIMLT estava a fazer o estudo de viabilidade económico-financeira, com os valores todos ao detalhe, a elaborar os estatutos, e já tinha entrado em negociações formais com a Autoridade de Transportes, que já tinha emitido parecer. Referiu ainda que alguns municípios já estavam a inscrever em plano e em orçamento os montantes do capital social e a própria CIMLT iria entrar com 600 mil euros no capital social da empresa, lá para fevereiro/março de 2023. Prosseguiu explicando que um processo de constituição de uma empresa destas poderia levar algum tempo, mas a questão havia de resolver-se.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, dizendo que, sem bem

Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2022

tinha entendido, havia então estudos. Perguntou porque é que não se podia distribuir um estudo a cada bancada.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que tinham vários estudos, que tinham sido entregues aos senhores Presidentes de Câmara. Explicou ainda que de momento estavam a fazer o estudo de viabilidade económico-financeira, que ainda não estava feito, como tinha dito o senhor Primeiro-Secretário. Quando esse estudo estivesse terminado seria distribuído, como era o procedimento normal. Não poderia mostrar aquilo que ainda não tinha.-----

--- Passou-se de seguida para o **Segundo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação de análise sumária e demonstrações orçamentais e financeiras da CIMLT reportadas ao final do 1.º semestre de 2022 e do parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, considerando que, sobre a execução financeira, e sendo naturalmente o primeiro semestre, vindo da pandemia, havia no entanto uma reduzida execução financeira. Questionou que razões poderiam estar na origem desta fraca execução financeira.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que uma das razões tinha a ver com o PART, faltando ainda assinar o acordo final entre a CIMLT e a CP, onde iriam depois fazer a transferência de 740 mil euros. Só com esta situação, a execução iria disparar.-----

--- Passou-se de seguida para o **Terceiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de orçamento para 2023 e grandes opções do plano 2023-2028.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, referindo que nos quatro objetivos estratégicos evidenciados na página 5, dentro da "Educação, Cultura e Promoção da Vida Saudável", correspondendo a 12% dos quatro objetivos estratégicos, considerou que o programa MAIS Lezíria tinha um valor muito curto. Neste sentido, o senhor Deputado partilhou um estudo que tinha sido publicado no dia antes, que tinha a ver com a saúde e com os comportamentos de saúde da juventude portuguesa. Esse estudo tinha sido feito em 51 países, entre eles Portugal, tinha inquirido cerca de mil jovens, dos 11 aos 16 anos, em 452 turmas, e os resultados não eram bons. A satisfação com a vida dos jovens e a perceção de felicidade tinha baixado, face a um estudo de 2018, e existiam até comportamentos de auto-lesão por não conseguirem lidar com o stress, em cerca de 24% dos jovens. O estudo referia ainda que 16% se medicava para o nervosismo e hiperatividade. Assim, o senhor Deputado disse considerar que este programa para a promoção da saúde e da qualidade de

Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2022



vida tinha uma quantia muito baixa, de 23 mil e 500 euros. Considerou que poderia caber nas atribuições da CIMLT e dos seus Presidentes adotarem um programa mais vasto, no sentido de contribuir para o bem-estar, a saúde, a felicidade destas gerações jovens, que residiam no território. Concluiu dizendo que talvez fosse preciso mais alguma ambição, face aos dados observados.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, concordando com a intervenção do senhor Deputado. Ainda assim, referiu que não se podia olhar para os 23 mil e 500 euros como sendo pouco. O MAIS Lezíria era um programa que corria toda a Lezíria e que utilizava técnicos das câmaras. Aquilo que a CIMLT investia era pequeno, mas as câmaras tinham depois um papel enorme. Referiu que muito deste trabalho não tinha custos e não se refletia como custos financeiros. Na opinião do senhor Presidente existia um problema. A Saúde ia falando, a Educação ia falando, o Desporto ia falando, mas não se falava a uma só voz, uma vez que não havia apenas uma pessoa a mandar nisto. Na opinião do senhor Presidente era preciso perceber por exemplo que era necessário investir no Desporto, para reduzir os gastos de Saúde. Sobre o MAIS Lezíria, o senhor Presidente referiu que este projeto era uma enorme mais-valia a variados níveis, porque juntava gente que de outra forma não se conhecia, quer exterior, quer interior. Isto porque o projeto também obrigava a que os técnicos dos onze municípios fossem falando, fossem vendo o que cada um fazia, sendo que estas interações só traziam vantagens.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, questionando quais eram as despesas de publicidade da CIMLT, para se consciencializar do que iria aprovar.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que tal constava no BaseGov e no orçamento da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que, em termos de publicidade, o que constava era 35 mil euros. Adiantou que desde 1994 que geriam fundos comunitários de apoio. Para o período presente tinham contratualizados cerca de 60 a 70 mil euros. Uma das obrigações da contratualização, da estrutura de apoio técnico e da CIMLT era promover publicidade relativamente aos apoios de projetos apoiados. Assim, a publicidade divulgada levava quase sempre os logótipos do financiamento.-----

--- Submetido à votação o **Orçamento para 2023 e grandes opções do plano 2023-2028**, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

Votos a favor: 29 (PS, PSD, CDS-PP e Movimento 2021 É O ANO);-----

Abstenções: 4 (CDU).-----

--- Passou-se de seguida para o **Quarto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de proposta**

Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2022

de autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da apresentação da proposta de orçamento para 2023 e grandes opções do plano 2023-2028.-----

--- Submetida à votação a **Proposta de autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da apresentação da proposta de orçamento para 2023 e grandes opções do plano 2023-2028**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- Passou-se de seguida para o **Quinto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de mapa de pessoal para 2023.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, verificando a criação de quatro vagas para técnico superior de várias áreas. No que dizia respeito ao técnico superior na área da contabilidade, a fundamentação demonstrada era que era com base na assunção de novas competências, quer da Administração Central, quer municipal. Questionou quais eram essas novas competências, sobretudo da Administração Central. Sobre outra vaga, de técnico superior de higiene e segurança em obra, considerou justificada a necessidade de criação desta vaga, nomeadamente no que dizia respeito às competências da Comunidade em matéria de coordenação de segurança nas empreitadas cujos donos são os municípios. O senhor Deputado questionou que atividades de coordenação em concreto eram efetuadas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, questionando se a CIMLT podia começar a fazer acompanhamento de obras dos municípios.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que tal era algo que a CIMLT fazia há anos, fazia muito bem feito e poupava dinheiro a todos. A CIMLT tinha dois técnicos de higiene e segurança em obra, tendo um deles infelizmente falecido. Estavam, assim, a repor nos quadros uma pessoa. O senhor Presidente explicou que, na prática, as câmaras tinham as suas empreitadas e na vez de contratarem fora a questão da segurança em obra, era a CIMLT que, com duas pessoas, dava resposta a onze municípios. Portanto, todos ficavam a ganhar. Sobre as novas competências da CIMLT, referiu sobretudo aquela que resultou das multas de estacionamento, ou seja, nove câmaras tinham delegado na CIMLT a gestão das contraordenações simples, havendo assim um aumento do volume de trabalho.-----

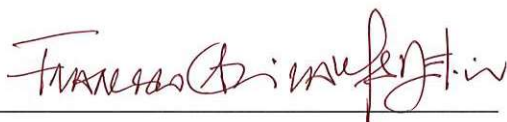
--- Submetido à votação o **Mapa de pessoal para 2023**, o mesmo foi **APROVADO POR UNANIMIDADE.**-----

--- De seguida foram lidas pela senhora **Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira (PS)**, as minutas das votações dos pontos constantes na Ordem do Dia, tendo sido todas as Minutas **APROVADAS POR UNANIMIDADE.**-----

Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2022

--- Não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

O PRESIDENTE DA MESA



O VICE-PRESIDENTE DA MESA



A SECRETÁRIA DA MESA



